

CAPA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2022

N° PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0101.0660.2022

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: : Locação de imóvel para Funcionamento do Posto de Saúde(TERRAS DURA) de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha - MA

VENCEDOR(ES) DO CERTAME

ANTONIO CARLOS DOS REIS, CPF: 563.847.773-04 R\$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais)





TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em 04 de Fevereiro de 2022, procedeu-se a abertura do processo administrativo nº 0101.0660.2021, que tem por objeto Locação do Imóvel situado na Rua Cunha Machado nº 429 – Centro, Chapadinha - MA. Locação de um imóvel para funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de interesse da Secretaria Municipal de Saúde. Com este fim e para constar, eu, ALBERTO CARLOS PEREIRA JUNIOR lavrei o presente termo que vai por mim assinado.

Chapadinha - MA, 04 de Fevereiro de 2022.





SOLICITAÇÃO

Chapadinha, 07 de Fevereiro de 2022.

Ao Setor de Engenharia Chapadinha - MA

Prezados Senhores,

A Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha, tendo em vista a necessidade de locação de um Imóvel adequado para funcionamento do Posto de Saúde das Terras Dura de Interesse da Sec. Municipal de Saúde de Chapadinha, situado na Travessa Coelho Neto, nº 035 — Terras Dura - Chapadinha - MA. Sendo que no acervo Municipal não há Imóvel disponível para essa finalidade. Solicito a vossa excelência, que seja providenciado:

- 1) Laudo de Vistoria do imóvel,
- 2) Registro fotográfico.

Estamos a disposição para esclarecimentos necessários

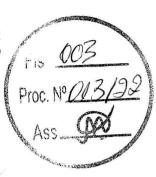
Atenciosamente,

Thiago Alves dos Santos Secretario de Licitação e Compras

Prefeitura Mun. de Chapadinha Thiago Alves dos Santos Secretário Municipal de Compras e Licitação



DESPACHO



Chapadinha, 08 de Fevereiro de 2022.

O Senhor **Alberto Carlos Pereira Junior** Secretário Municipal de Saúde

Prezada Senhor(a),

Em resposta a sua solicitação, estamos encaminhando em anexo, o laudo de vistoria do imóvel e relatório fotográfico, referente ao funcionamento do Posto de Saúde Terras Dura de interesse da Sec. Municipal de Saúde de Chapadinha – MA.

Atenciosamente,

Fernand Franklin da Silva Engendeiro Civil CREA-114 111888507-4

Engenheiro Civil





LAUDO DE AVALIAÇÃO



IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA UBSF TERRAS DURAS, TRAVESSA COELHO NETO, Nº 35, BAIRRO: TERRAS DURAS

> Chapadinha – MA 2022



FICHA RESUMO

Solicitante

Secretaria Municipal de Saúde

Objetivo

Determinação do valor de mercado de locação do imóvel

Objeto

Imóvel em terreno urbano, (matrícula não consta no processo)

Localização

Travessa Coelho Neto, Nº 35, Bairro: Terras Duras

Área total de terreno

470,16 m²

Área construída do imóvel

142,80 m²

Locador

Antonio Carlos dos Reis

CPF: 563.847.773-04

Resultados da avaliação

Valor de locação do imóvel R\$ 900,00/mês

Avaliador

CREA MA 111888507-4

Eng. Civil Fernando Franklin da Silva Engenheiro Civil REA-MA 111888507-4



Sumário	
1. SOLICITANTE	4
2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO	44
3. RESSALVAS E FATORES LIMITANTES	Proc. No. 4
	A. A
5. ENDEREÇO	4
6. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO II	MÓVEL AVALIANDO 5
6.1 TERRENO	5
6.2 IMÓVEIS EM LOCAÇÃO NO ENTORNO	7
7 ANEXOS	9
7.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO	9
8 CONCLUSÃO	10
8.1 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	11



1. SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

2. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Determinação do valor de mercado de locação do imóvel

3. RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

Este laudo se fundamenta no que se estabelecem as normas técnicas da ABNT, Avaliação de Bens, registradas no INMETRO COMO NBR 14653 – Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos), e baseia-se:

- Em informações constatadas "in loco" quando da vistoria do imóvel, realizada no dia 08 de fevereiro de 2022.

Eventuais divergências, se significativas, alteram os resultados deste trabalho. Na presente análise considerou-se que toda a documentação pertinente encontrava-se correta e devidamente regularizada, e que o imóvel objeto estaria livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames.

As informações obtidas durante a pesquisa de mercado foram tomadas como de boa fé.

4. PROPRIETÁRIO

Antonio Carlos dos Reis

5. ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO





6. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO

6.1 TERRENO



Amostra 1 – Objeto de estudo Fonte: Google Earth (2022)

Latitude: 3°44'55.94"S Longitude: 43°22'0.52"O

Características da região e entorno
Padrão construtivo do entorno: Médio
Tráfego de pedestres: Sim
Tráfego de veículos: Sim
Pavimentação do logradouro: Pavimento asfáltico
Pavimentação do passeio: Não
nfraestrutura: ⊠ Acessibilidade, ⊠ Água potável, ⊠ Energia elétrica, □ Esgoto pluvial, □ Esgoto sanitário, □ Gás canalizado, ⊠ Iluminação pública, ⊠ Logradouro, ⊠ Meio io/sarjetas, ⊠ Passeio público, ⊠ Pavimentação, □ Sem infraestrutura, ⊠ Telefone
nfluências valorizantes: ⊠ Clubes, ⊠ Comércio, ⊠ Empreendimentos, ⊠ Escolas, □ Estações, ⊠ Hospital, ⊠ Mercados e ou supermercados, □ Orla/praias/lagos, ⊠ Parques/praças, □ Posto policial, ⊠ Posto saúde, □ Sem influências valorizantes, □ Shopping, □ Universidades/faculdades, □ Zona incorporação
nfluências desvalorizantes: □ Aeroporto, □ Área inundável, □ Aterro sanitário, ⊠ Estação tratamento esgoto, □ Indústria, □ Presídio, □ Sem influências desvalorizantes, □ Sub-habitação, □ Unidades carentes





Características do imóvel				
Área do imóvel: 142,80 m²				
Medida da frente: 6,80 m	***************************************			
Medida lateral 1: 21,00 m				
Medida lateral 2: 21,00 m				
Medida do fundo: 6,80 m				



	Condição de Ocupação	
☐ Ocupado	⊠ Desocupado	

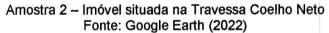
Material utilizado							
Piso	Forro	Telhado	Esquadrias	Rev.Fachada	Estrutura		
Madeira	☐ Madeira	⊠_ Cerâmica	□ Alumínio	⊠ Pintura	□ Portante		
. Laje	□ Fibr c o ondulado	im. Ferro	□ Tijolo à vista	a Concreto			
⊠ Cerâmica	□ Gesso	☐ Fibrocimento	⊠ Madeira	Fulget	Madeira		
□ Basalto	□ Pvc	☐ Alumínio	D PVC	Cerâmica	□ Metálica		
Granitina	Plac as acústicas	□ Galvanizado	□ Outros	 Madeira 	N.Identificada		
□ Vinílico	⊠ S/ forro	□ Laje		□ Vidro			
Carpete	Aglomerado	□ Capim		□ Pedra			
□ Cimento		Telha de zinco		☐ Reboco chapiscado			
 Outros 		Outros		 Outros 			





6.2 IMÓVEIS EM LOCAÇÃO NO ENTORNO





Latitude: 3°44'59.48"S Longitude: 43°21'58.79"O

A amostra 2 trata-se de um imóvel de estrutura portante situado nas proximidades do objeto de estudo. Possui 315 m² de área construída.







Amostra 3 – Imóvel situada na Travessa Coelho Neto Fonte: Google Earth (2022)

Latitude: 3°44'49.18"S Longitude: 43°22'1.98"O

A amostra 3 trata-se de uma residência do tipo portante situada nas proximidades do objeto de estudo. Possui 52,00 m² de área construída.





7 ANEXOS

7.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO



AMOSTRA	VA	AC	FA	FL	FT	FI	FPC	FH	DH
1	X	142,80	1,00	1,00	0,50	0,50	0,50	1,00	R\$ 4,50
2	R\$ 2.300,00	315,00	1,50	2,00	1,00	1,00	1,50	1,00	R\$ 8,00
3	R\$ 700,00	52,00	1,50	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	R\$ 6,50

VA	VALOR DO ALUGUEL
AC	ÁREA CONSTRUÍDA
FA	FATOR DA ÁREA
FL	FATOR LOCAL
FT	FATOR TOPOGRAFIA
FI	FOTOR INFRA-ESTRUTURA
FPC	FATOR PADRÃO CONSTRUTIVO
FH	FATOR HOMOGENIZAÇÃO
DH	DADO HOMOGENIZADO

MÉDIA ARITMÉTICA DAS AMOSTRAS

$$M\acute{e}dia = \frac{DH^1 + DH^2 + DH^3}{3} = 6,33$$

Para maior precisão dos resultado exclui-se as amostras que extrapolam o valor em 20% a mais ou a menos:

20% acima	R\$	7,60
20% abaixo	R\$	5,06

Aplicando o parâmetro NÃO exclui-se nenhuma das amostras.

VALOR DO ALUGUEL

V = 142,80 m² X 6,33 R\$/m² = R\$ 903,92/mês/

Por arredondamento será adotado o valor de R\$ 900,00 (Novecentos Reais)



8 CONCLUSÃO



Com base em edificações semelhantes vizinhas, o valor de locação temporária para a UBSF TERRAS DURAS é de R\$ 900,00, levando em consideração fatores determinantes para definição segundo levantamento "in loco" e método descrito na memória de cálculo.

08 de fevereiro de 2022, Chapadinha - MA.

Fernando Franklin da Silva Engenheiro Civil CREAMA 111888507-4

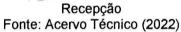
Responsável Técnico:

Fernando Franklin da Silva Engenheiro Civil, CREA MA 111888507-4



8.1 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



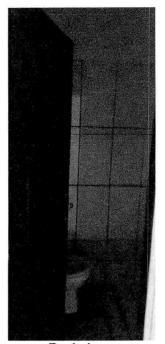


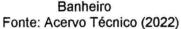


Fonte: Acervo Técnico (2022)















Chapadinha - MA, 09 de Fevereiro de 2022.

Ao Setor de Contábil Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA.

Venho por meio deste solicitar informação sobre a existência de Dotação Orçamentária para locação de imóvel para funcionamento do Posto de Saúde de Terras Dura de interesse da Sec. Municipal de Saúde de Chapadinha - MA, com valor mensal do contrato de R\$ 900,00 (novecentos reais), conforme solicitação constante dos autos do processo administrativo nº 0101.0660.2022.

Atenciosamente,

Alberto Carlos Pereira Junior Sec. Municipal de Saúde Alberto años Pereira Junior Secretário de Saúde





DESPACHO

O Sr. Alberto Carlos Pereira Junior Secretário Municipal de Saúde

Nesta

Em atendimento ao Art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de credito orçamentário para atender as despesas objetivando o Serviço de locação de imóvel para funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de Interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha - MA

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentaria:

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB		
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Fisica		

Chapadinha – MA, 10 de Fevereiro de 2022.

1

Dontador

Prefeitura Mun. de Chapadinha MASIO AKYLYS QUARESMA DE ARAUJO CONTADOR CRC: 8235





DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa ao objeto Locação de Imóvel para funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de interesse da Sec. Municipal de Saúde de Chapadinha – MA, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2022.

Chapadinha, 11 de Fevereiro de 2022.

Atenciosamente,

Alberto Carlos Pereira Junior Secretária Mynicipal de Saúde

> Uperto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde



PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

Este Projeto Básico visa à locação de imóvel para fins do funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha, de acordo com as especificações constante neste documento.

2. DA JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a necessidade de locação de um Imóvel adequado para o funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura. Sendo que no acervo Municipal não há Imóvel disponível para tal finalidade. Uma vez que o referido imóvel encontra – se em perfeitas condições de uso, possuindo características físicas únicas (amplo, centralizado, de fácil acesso e localização).

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação para locação do imóvel, objeto deste Projeto Básico, tem amparo legal no inciso X, do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, que prevê como exceção, a contratação de forma direta para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Secretaria e ainda a Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

Situado na Travessa Coelho Neto, nº 35 – Terras Dura – Chapadinha/MA

5. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

São obrigações do locador:

- 5.1 Garantir, durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel alugado;
- 5.2 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 5.3 Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 5.4 Exibir, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;
- 5.5 Receber o pagamento do aluguel nas condições pactuadas;
- 5.6 Apresentar quitação ou recibo de pagamento com discriminação de importâncias pagas à LOCATÁRIA, para efeitos do acompanhamento da regularidade jurídica e fiscal;
- 5.7 Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da LOCATÁRIA;
- **5.8** Informar à **LOCATÁRIA** quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- 5.9 Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso, livre de quaisquer ônus que possam impedir a execução do contrato, bem como recebê-lo ao final da locação, após vistoria realizada por um representante de cada parte;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

São obrigações da Administração Pública Municipal:

- 6.1 Servir do imóvel locado para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com os fins a que se destina;
 - 6.2 Pagar o aluguel nas condições pactuadas;
- 6.3 Solicitar e manter em arquivo os comprovantes de pagamentos dos aluguéis e demais despesas realizadas;
- 6.4 Entregar o imóvel, ao fim da locação, no estado em que o recebeu conforme **Termo de Vistoria**, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal, ou mediante indenização ao (à) **LOCADOR** (A) pelos prejuízos causados;
 - 6.5 Cumprir os regulamentos quando se tratar da habitação coletiva;
- **6.6** Receber o imóvel, bem como entregá-lo, após vistoria realizada por um representante de cada parte;
- 6.7 Levar imediatamente ao conhecimento do (a) LOCADOR (A) o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- **6.8** Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si;
- 6.9 Consentir a realização de reparos urgentes, a cargo do (a) **LOCADOR** (A), sendo assegurado à **LOCATÁRIA** o direito ao abatimento proporcional do aluguel caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.245/91;
- 6.10 Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do (a) LOCADOR (A).

7. DOS ENCARGOS

- 7.1 Os encargos provenientes do imóvel serão atribuídos às partes conforme o disposto na Lei nº 8.245/91. Nos casos em que a referida lei prevê a possibilidade de qualquer das partes vir a assumir um encargo, prevalecerá o disposto no presente contrato.
 - 7.2 São encargos devidos pelo (a) LOCADOR (A):
 - I as despesas extraordinárias do imóvel, como:
- a) obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
- b) pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
- c) obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do imóvel;
- d) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum.
 - 7.3 São encargos devidos pela LOCATÁRIA, além do aluguel fixado:
 - I as despesas ordinárias de imóvel, discriminadas na proposta tais como:
 - a) taxa de imóvel;
 - b) consumo de água, esgoto, gás e energia elétrica das áreas de uso comum;

c) manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, eletricos mecânicos e de segurança, de uso comum;

d) pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comun

8. DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

8.1 As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

- **8.2** A LOCATÁRIA fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.
- **8.3** Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.
- **8.4** Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pela LOCATÁRIA, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal

9. DA VIGÊNCIA

- 9.1 O contrato de locação terá vigência de 03(três)meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado oportunamente, conforme interesse das partes, ou por interesse da Administração, nos termos do artigo 51 da Lei nº 8.245/91.
- 9.2 O contrato somente terá efeitos para pagamento de aluguéis e qualquer outro tipo de despesa inerente à contratação a partir da efetiva entrega e recebimento do imóvel, o que será feito em termo próprio, assinado por ambas as partes e anexado ao processo.
- 9.3 A entrega do imóvel pelo Locador à Locatária, no início da locação, será realizada após as adequações necessárias e acordadas, e deverá respeitar as especificações e os prazos definidos no relatório de visita técnica e/ou termo de vistoria elaborados por técnico designado pela Secretaria Municipal de Obras.
- 9.4 Fica assegurada a continuidade do contrato, mesmo em caso de alienação nos termos do art. 8º da Lei nº 8.245/1991 e art. 167, inciso I item 3 da Lei nº 6.015/1973. Na hipótese de ser o (a) **LOCADOR (A)** pessoa física, sua morte acarreta a transmissão da locação aos herdeiros.
- 9.5 Findo o prazo de locação, inexistindo prorrogação, a LOCATÁRIA terá o prazo de 60 (sessenta) dias para desocupar o imóvel, prorrogável uma única vez por igual período, sem prejuízo dos aluguéis e encargos incidentes.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, até o 20°(vigésimo) dia útil do mês subsequente ao mês vencido, desde que o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, tenha sido apresentado pelo LOCADOR com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.2 Caso a antecedência mínima não seja observada, o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data da apresentação do recibo locatício ou documento de cobrança correspondente pelo LOCADOR.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Proc. Nº 0/3/92

Na disponibilidade orçamentária deverá haver previsão para pagamento das despesas relativa ao aluguel e taxas conforme a proposta.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os Recursos Orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Projeto Básico correrão à conta :

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Fisica

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A Administração Pública Municipal, designará, formalmente, na forma do art. 67, da Lei n.º 8.666/93, um responsável para atuar como Fiscal do Contrato, que acompanhará e fiscalizará a utilização do imóvel para os devidos fins especificados neste Projeto Básico, que deverá registrar toda e qualquer ocorrência e/ou deficiência verificada no imóvel durante o período contratado.

Chapadinha - MA, 14 de Fevereiro de 2022

Autorizo o Projeto Básico nos termos apresentados

Alberto Calos Pereira Junior Secretário mánicipal de Saúde

> Atherto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde





AUTORIZAÇÃO

Ilmo. Sr. Luciano de Souza Gomes Comissão Permanente de Licitação

Na qualidade de Secretário Municipal de Saúde, encaminho os autos do processo até aqui realizados e AUTORIZO a deflagração de Dispensa de Licitação, tendo por objeto, **Locação de Imóvel para funcionamento do Posto de Saúde das Terras Dura de interesse da Secretaria Municipal de Saúde**, amparada no inciso X, do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, que prevê como exceção, a contratação de forma direta para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração Pública e ainda a Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes., e demais normas pertinentes à espécie.

Chapadinha, 15 de Fevereiro de 2022.

Atenciosamente,

Alberto Carlos Pereira Junior Secretário Municipal de Saúde

> Alberto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde





AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta Cidade, na sala de Licitações, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu **LUCIANO DE SOUZA GOMES,** Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo nº 0101.0660.2022
- Dispensa de Licitação nº 013/2022
- Requisitante: Alberto Carlos Pereira Junior Secretário Municipal de Saúde

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei Federal n.º 8.666/93, art. 24, inciso X e ainda a Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Locação do Imóvel situado na Travessa Coelho Neto, nº 35 – Terra Dura – Chapadinha/MA. Para funcionamento do Posto de Saúde Terras Dura de Interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor estimado para esta contratação foi designado pelo Projeto Básico, portanto, estima-se o valor total de R\$ 2.700,00(dois mil e seteventos reais)

Chapadinha, 16 de Fevereiro de 2022

LUCIANO\DE\SOUZA GOMES

Portaria n 358/2022

Comissão Permanente de Licitação

Presidente





JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 0101.0660.2022, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, o Ato de designação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, PORTARIA 358/2021, de 31 de Dezembro de 2021.

Chapadinha - MA, 16 de Fevereiro de 2022.

LUCIANO DE SQUZA GOMES

Portaria n° 358/2021

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Luciano Souza Gomes Presidente da CPL





PORTARIA Nº 358/2021 - GP

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOI VE

- Art. 1 DESLIGAR da equipe da Comissão Permanente de Licitação CPL, o servidor efetivo MARIEL ALVES RESENDE, Matrícula 9015, nomeado para compor esta Comissão através da portaria nº 034/2021.
- Art. 2. Em substituição fica NOMEADO o servidor efetivo, RENILSON DE AGUIAR LOPES, Matrícula 8969, Auxiliar Administrativo, passando a compor o quadro abaixo descrito da Comissão Permanente de Licitação CPL.

NOME DO SERVIDOR	DOCUMENTO	VÍNCULO	CARGO	FUNÇÃO
LUCIANO SOUZA GOMES	000.212.713-05	COMISSIONADO	PRESIDENTE DA CPL	PRESIDENTE
NAYRA TACYANNA DE ARAÚJO SOUSA	968.238.603-91	EFETIVA	RECEPCIONISTA	MEMBRO
RENILSON DE AGUIAR LOPES	608.300.283-40	EFETIVO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MEMBRO

- Art. 3. A Comissão Permanente de Licitação permanece com suas atribuições e poderes de disciplinar e realizar procedimentos licitatórios, sob as modalidades: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, pertinente a obras, compras, serviços, inclusive de publicidade, no âmbito da Administração Direta, bem como das autarquias, fundos especiais, e demais entidades direta e indiretamente controladas pelo Município.
- **Art.4.** A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação em 03 de janeiro de 2022.
 - Art.5. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapadinha, 31 de dezembro de 2021.

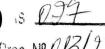
Maria Ducilene Pontes Cordeiro Prefeita Municipal de Chapadinha

CNPJ(MF) 06.117.709/0001-58 AV. Presidente Vargas, nº 310- Centro





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



CHAPADINHA - MA

SEGUNDA-FEIRA, 03 DE JANEIRO DE 2022

ANO II

EDIÇÃO DE HOJE, N.º 2763 Págin

www.chapadinha.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- I indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;
- II aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e
- III identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais.
- **Art. 38.** A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo:
 - I o nome do núcleo urbano regularizado;
 - II a localização;
 - III a modalidade da regularização;
 - IV as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma;
 - V a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;
- VI a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

Capítulo IV Dos Conjuntos Habitacionais

- Art. 39. Serão regularizados como conjuntos habitacionais os núcleos urbanos informais que tenham sido constituídos para a alienação de unidades já edificadas pelo próprio empreendedor, público ou privado, de acordo com as normas da Lei Federal no 13.465/2017, em especial os artigos 59 e 60.
- **Art. 40.** Para a aprovação dos conjuntos habitacionais que compõem a REURB ficam

ispensadas a apresentação do habite-se e, no caso de REURB-S, as respectivas certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.

Capítulo V Do Condomínio Urbano Simples

Art. 41. Quando um mesmo imóvel contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído, inclusive para fins de REURB, condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si, de acordo com as normas da Lei Federal no 13.465/2017, em especial os artigos 61 a 63.

Parágrafo único. O condomínio urbano simples é regido pela Lei Federal no 13.465/2017, aplicando-se, no que couber, o disposto na legislação civil, tal como os arts. 1.331 a 1.358 da Lei Federal no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Capítulo VI Disposições Finais e Transitórias

- **Art. 42.** As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuírem registro, poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja implantado e integrado à cidade, podendo, para tanto, utilizar-se dos instrumentos previstos na Lei nº 13.465/2017, atendendo o disposto em seu art. 69.
- Art. 43. As disposições da Lei Federal no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, não se aplicam à REURB, exceto quanto ao disposto nos arts. 37, 38, 39, no caput e nos §§ 10, 20, 30 e 40 do art. 40 e nos arts. 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 51 e 52 da referida Lei.
- **Art. 44.** Para fins da REURB, ficam dispensadas a desafetação e as exigências previstas no inciso I do caput do art. 17 da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 45. Serão regularizadas, na forma da Lei Federal no 13.465/2017 e desta Lei, as ocupações que incidam sobre áreas objeto de demanda judicial que versem sobre direitos reais de garantia ou constrições judiciais, bloqueios e indisponibilidades, ressalvada a hipótese de decisão judicial específica que impeça a análise, aprovação e registro do projeto de regularização fundiária urbana.
- **Art. 46.** Fica facultado ao Poder Executivo do Chapadinha utilizar a prerrogativa de venda direta aos ocupantes de suas áreas públicas objeto da REURB-E, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, e desde que os imóveis se encontrem ocupados até 22 de dezembro de 2016, devendo o processo ser regulamentado em lei específica, nos moldes do disposto no art. 84 da Lei Federal no 13.465/2017.
- Art.47. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, no que couber esta Lei, através de Decreto Executivo.
 - Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapadinha, 16 de dezembro de 2021.

Maria Ducilene Pontes Cordeiro Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

PORTARIA Nº 358/2021 -GP

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

- **Art. 1 DESLIGAR** da equipe da Comissão Permanente de Licitação CPL, o servidor efetivo **MARIEL ALVES RESENDE**, Matrícula 9015, nomeado para compor esta Comissão através da portaria nº 034/2021.
- **Art. 2.** Em substituição fica **NOMEADO** o servidor efetivo, **RENILSON DE AGUIAR LOPES**, Matrícula 8969, Auxiliar Administrativo, passando a compor o quadro abaixo descrito da Comissão Permanente de Licitação CPL.





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Proc No 01319

CHAPADINHA - MA

SEGUNDA-FEIRA, 03 DE JANEIRO DE 2022

ANO II

EDIÇÃO DE HOJE, N. 2768

N. 2763 - Páti 100

www.chapadinha.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

NOME DO SERVIDO R	DOCUMEN TO	VÍNCULO	CARGO	FUNÇÃO
LUCIANO	000.212.71	COMISSIONA	PRESIDENTE	PRESIDEN
SOUZA	3-05	DO	DA CPL	TE
GOMES				
NAYRA	968.238.60	EFETIVA	RECEPCIONIST	MEMBRO
TACYAN	3-91		Α	
NA DE				
ARAÚJO				
SOUSA				
RENILSO	608.300.28	EFETIVO	AUXILIAR	MEMBRO
N DE	3-40		ADMINISTRATI	
AGUIAR			VO	
LOPES				

Art. 3. A Comissão Permanente de Licitação permanece com suas atribuições e poderes de disciplinar e realizar procedimentos licitatórios, sob as modalidades: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, pertinente a obras, compras, serviços, inclusive de publicidade, no âmbito da Administração Direta, bem como das autarquias, fundos especiais, e demais entidades direta e indiretamente controladas pelo Município.

Art.4. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação em 03 de janeiro de 2022.

Art.5. Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

PORTARIA № 359/2021.

"Designa Agentes de contratação e equipe de apoio para condução de procedimentos licitatórios".

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o ue dispõe o art. 8º, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar como Agentes de Contratação responsáveis por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, os seguintes servidores:

AGENTES:

- Luciano de Souza Gomes Agente de Contratação -Titular
- Nayra Tacyanna de Araújo Sousa Membro da Equipe de Apoio
- Renilson de Aguiar Lopes -Membro da Equipe de Apoio

Art. 29 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em 03 de janeiro de 2022.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapadinha, 31 de dezembro de 2021.

Maria Ducilene Pontes Cordeiro Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

PORTARIA № 360/2021 -GP

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUCIANO SOUZA GOMES, para exercer o cargo em comissão de Pregoeiro, responsável pela atribuição de conduzir os trabalhos nas modalidades de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

Art. 2º Designar os servidores SELLY NASCIMENTO MEIRELES PINTO E RENILSON DE AGUIAR LOPES para compor a Equipe de Apoio e NAYRA TACYANNA ARAUJO SOUSA, como Suplente, que prestará a necessária assistência ao Pregoeiro.

Art. 3º As atribuições do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, dentre outras, serão:

- I Credenciamento das empresas interessadas em participar do processo licitatório:
- II Conduzir a sessão pública do pregão presencial ou eletrônico;
- III Dirigir a fase de lances;
- IV Recebimento dos envelopes das propostas de preços e de documentação de habilitação;
- V Abertura dos envelopes das propostas de classificação dos proponentes;
- VI A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance do melhor preço;

VII – Adjudicação da proposta de menor preço;

VIII - Elaboração de ata;

IX – Condução dos trabalhos da equipe de apoio;

X – Recebimento, o exame e a decisão sobre o recurso;

 XI – Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 4º Os servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, no período de 03 de janeiro de 2022 a 02 de janeiro de 2023.

Art. 5º Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivadas no setor competente.

Art. 6^{\circ} Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal n° 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 7º A presente portaria entrará em vigor em 03 de janeiro 2022.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Chapadinha, 31 de dezembro de 2021

Maria Ducilene Pontes Cordeiro Prefeita Municipal de Chapadinha









ASSUNTO:

- Dispensa de Licitação nº 013/2022
- Processo Administrativo nº 0101.0660.2022

OBJETO:

Locação do Imóvel situado na Travessa Coelho Neto, nº 35 – Terras Dura, para o funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha - MA.

A Comissão Permanente de Licitação diante destas informações apresenta a seguinte

JUSTIFICATIVA:

- a) O imóvel ofertado pelo locador é centralizado e oferece todas as condições para instalação de funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, Com amplas salas podendo atender muitas pessoas;
- b) O preço apresentado pelo locador é compatível com o mercado.
 - I) A legislação prevê a possibilidade de o Administrador dispensar a licitação em situação igual ou semelhante, e este por sua vez usando da prerrogativa legal, conforme artigo 24, Inciso X da Lei Nacional nº. 8.666/93, in verbis:

"Art. 24 É dispensável a licitação

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia"

Outro não é o entendimento da doutrina sobre o assunto:

"A Administração pode, discricionariamente, proceder à licitação, para comprar ou locar o imóvel de que necessita. Pode ainda expropriar o imóvel por utilidade pública e nele instalar o serviço. Se, entretanto, a autoridade competente encontrar imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização lhe condicionem a escolha, pode prescindir da licitação e proceder diretamente à sua compra ou à locação." (J. Cretella Junior, in Das Licitações Públicas, ed. 15ª, Revista Forense, pg. 236.) (Grifo nosso).

II) A nosso ver o valor a ser pago, compreende aos valores praticados no mercado.

A Comissão chegou à conclusão de sugerir ao ordenador de despesas a contratação por dispensa pelos motivos expostos a seguir:

I - RAZÃO DO VALOR DOS SERVIÇOS





O valor global apresentados nos autos do processo enquadra-se nos preços praticados no mercado de trabalho do ramo do objeto desta contratação.

Senhor Presidente, este é o entendimento da Comissão Permanente de Licitação pelas razões expostas neste documento. Sugerimos que a presente justificativa seja encaminhada à assessoria jurídica para a elaboração de parecer sobre o assunto.

Caso V. Exa. esteja de acordo com a justificativa que ora apresentamos, deverá ratificar o ato no prazo de três dias, atendendo ao artigo 26 parágrafo único e incisos II e III da Lei nº. 8.666/93.

Chapadinha, 16 de Fevereiro de 2022

LUCIANO DE SQUZA GOMES

Portaria n 358/2022 Comissão Permanente de Licitação Presidente

Rua Cunha Machado 419 – Centro – Chapadinha - MA CNPJ:11.844.664/0001-53





DESPACHO

À Assessoria Jurídica Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA

Senhor Assessor,

Estamos encaminhamos em anexo os autos do Processo administrativo nº. 0101.0660.2022, para exame e aprovação, da Minuta do Contrato tendo como objeto a Locação do Imóvel situado na Travessa Coelho Neto, nº 035 – Terras Dura – Chapadinha - MA, Para o funcionamento do Posto de Saúde Terras Dura de Interesse da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o previsto no Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no que couber a Lei 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Chapadinha, 17 de Fevereiro de 2022.

LUCIANO DE SQUZA GOMES Portaria nº 358/2022

Comissão Permanente de Licitação

Presidente





MINUTA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	
	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O SR E DO OUTRO
Sr, portador da Carteira de Identidade, doravante denominada CONTRATANT n°, RG: n° com s, de agora em diante denominada CONT	a, através do, CNPJ nte de CONTRATANTE, representado neste ato o n°, expedida pela e CPF n° E e do outro lado o Sr, portador do CPF: ede na, n°, CEP RATADA, têm entre si justo e avençado, e celebram o N°, com fundamento da Lei n°8.666, de 21 de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO	
O LOCADOR dá em locação, à LOCATÁRIA imóvel:, localizado na especificações e disposições do presente contrato.	, o imóvel de sua propriedade, constituído pelo seguinte, observadas as demais
	ga-se a utilizar o imóvel, única e exclusivamente para fins a cessão, empréstimo ou sublocação do imóvel, e ainda a
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO	
Este Contrato se vincula para todos os fins de d Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, assim como à propost	ireito a procedimentos de dispensa de licitação, conforme a apresentada pelo LOCADOR.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA	
O prazo de duração da locação é de, contados a partir da assinatura deste contra através de termo aditivo, se houver concordância de amb	de(_), iniciando em de e findando em to, podendo ser prorrogado, por igual ou sucessivo período, as as partes.
CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS COND	IÇÕES DO PAGAMENTO

Rua Cunha Machado 419 – Centro – Chapadinha-MA CNPJ:11.844.664/0001-53





	Contrato, O LOCATÁRIO obriga-se a pagar ao LOCADOR o valor mensal
de(), pago	até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, creditado no
Sendo que o primeiro pagame	nto se dará mediante a assinatura deste contrato.
SUBCLAUSULA QUARTA	:
Valor global do presente Cont	rato é de R\$ (), sendo irreajustável durante a sua
vigência.	
p	otação orçamentária responsável pela locação será:
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB
3.3.90.36.00	Outros Servicos De Terceiros – Pessoa Fisica.

CLÁUSULA SEXTA- DA ENTREGA DO IMÓVEL

O LOCATÁRIO declara receber o imóvel objeto da presente locação nas condições descritas no relatório de vistoria firmado por funcionário credenciado pela mesma, conforme inventário em anexo, comprometendo-se a devolvê-lo, ao fim da locação nas condições que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal, apresentando, na entrega das chaves, a quitação de todos os débitos decorrentes da locação.

CLÁUSULA SETIMA – DAS BENFEITORIAS

O LOCATÁRIO não poderá efetuar obras, benfeitorias ou qualquer modificação no imóvel ora locado, sem prévia anuência, por escrito, da LOCADORA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

O LOCATÁRIO obriga-se a observar e cumprir as normas e convenções do imóvel locado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas ou condições, poderá a parte prejudicada rescindir o presente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o causador dos prejuízos, por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Rua Cunha Machado 419 - Centro - Chapadinha-MA CNPJ:11.844.664/0001-53





Para solução de dúvidas ou questões com origem no presente Contrato, as partes elegem o Foro de Chapadinha, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

	Chapadinha, (MA),
	CEODETADIA MUNICIDAL DE
	SECRETARIA MUNICIPAL DE CNPJ N°,,_
	CPF N° SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
	LOCATÁRIA
	CPF n° LOCADOR
T'estemunhas:	
NOME:	
CPF.	
NOME:	
CPF.	

Parecer jurídico

Processo Administrativo nº 0101.0660.2022

Interessado (a) Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha MA

Origem: Comissão Permanente de Licitação do Município

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 24, X DA LEI 8.666/93.

Relatório

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade de dispensa de licitação para locação de imóvel por meio do procedimento de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, X da Lei nº 8.666/93.

O processo em comento tem como objeto a locação de imóvel com disponibilidade para funcionamento do Posto de Saúde (TERRAS DURA) de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha- MA.

O feito foi inaugurado com a solicitação de despesa expedida pelo Secretário Municipal de Saúde de Chapadinha-MA, Alberto Carlos Pereira Junior. Nas fls, que seguiram foram anexados: O laudo de avaliação nº 002/2022, elaborado pela Secretaria Municipal de infraestrutura e urbanismo pelo Eng. Civil Fernando Franklin da Silva, CREA/MA nº 111888507-4, dotação orçamentária, declaração de adequação orçamentária e financeira, projeto básico.

Na sequência, observar-se a autorização da Secretária Municipal de Saúde, autuação do processo pela Comissão Permanente de Licitação e a solicitação de documentos inerente ao proprietário do imóvel e a minuta do contrato.

O feito então é remetido a esta Assessoria Jurídica, segundo encaminhamento do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Luciano de Souza Gomes.

É o necessário a relatar. Em seguida, exara-se o opinativo.



Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "in abstrato", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas-BCP nº 07, qual seja:

"O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão iurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto."

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

A contratação direta pretendida, na hipótese de dispensa de licitação, é perfeitamente possível, eis que encontra fundamento factual e legal. Inclusive, é autorizada pela própria Constituição Federal ao dispor em seu art. 37, XXI que: "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública". E pela Lei 8.666/93, no art. 2º: " ... Serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei".

O legislador autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade, a licitação e proceder à contratação direta. Como se nota, a lei não visa permitir o administrador contratar diretamente por dispensa

Proc. Nº 0/3/92
Ass 38

de licitação a seu bel-prazer, mas, pelo contrário, procura solucionar uma situação extraordinária, que não podia ser vislumbrada pelo gestor público para que, anteriormente, preparasse o devido processo licitatório para dirimi-la. Assim, as hipóteses de dispensa estão consagradas no art. 24 da Lei 8.666/93. Sobre o tema, ensina Carvalho Filho (2018):

A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não o tornar obrigatório. Diversamente ocorre na inexigibilidade, como se verá adiante, porque aqui sequer é viável a realização do certame.

In casu, a Secretaria Municipal de Saúde justifica a necessidade de celebrar contrato de locação "tendo em vista a necessidade de locação de um imóvel para funcionamento do Posto de Saúde (Terras Dura), de interesse da Secretária Municipal de Saúde. Sendo que no acervo Municipal não há imóvel disponível para tal locação. Uma vez que o referido imóvel se encontra em perfeitas condições de uso, possuindo características físicas únicas (amplo, centralizado, de fácil acesso e localização)". Destarte, aplica-se o inciso X do referido artigo 24:

Art. 24. É dispensável a licitação: ()

X-Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Vê-se que objetivamente existe previsão legal à locação de imóveis por dispensa de licitação, no mesmo sentido é a manifestação do respeitado doutrinador Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, 13!! ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 310), vejamos:

"Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a

Proc. Nº 013 193 Ass 3

competição entre particulares. (...) A aquisição ou locação de imóvel destinado a utilização especifica ou em localização determinada acarreta inviabilidade de competição. Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação." (grifamos).

Portanto assiste ao gestor público discricionariedade quanto a escolha de imóvel a ser locado para nele desempenhar as atividades administrativas dos órgãos integrantes de sua estrutura administrava, contudo, tal margem de ação, não significa arbitrariedade, pois, estão fixados requisitos, os quais devem ser observados e comprovados nos autos em cada caso concreto.

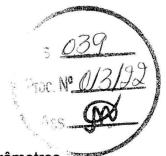
Para o caso em questão, verifica-se a necessidade de locação de imóvel para funcionamento do referido Posto de Saúde, passemos a análise dos requisitos para a legalidade da locação.

Segundo novamente Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos, 13!! ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 311), os requisitos para a locação de imóveis por dispensa de licitação são os seguintes:

A contratação depende, evidenciação de três requisitos, a saber: a) necessidade de imóvel para satisfação das necessidades administrativas; b) adequação de um determinado imóvel para satisfação das necessidades estatais; c) compatibilidade do preço (do aluguel) com os parâmetros de mercado.

Noutro giro, vislumbramos no processo justificativa da contratação razão da escolha e do preço, atestando-se a necessidade de imóvel para satisfação de necessidade administrativa de órgão integrante da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Chapadinha, restando assim satisfeito o primeiro requisito.

Bem como verifica-se a existência de laudo emitido pelo Engenheiro Civil do Município, profissional competente, atestando a sanidade física do imóvel e a salubridade do mesmo para o funcionamento, de forma a atender as necessidades para o fim a ser contratado, estando presente o segundo requisito.



Quanto ao último requisito (compatibilidade do preço com os parâmetros de mercado), a Administração Pública Municipal procedeu com a avaliação prévia do imóvel e do valor do aluguel, de modo que ficou registrada a compatibilidade do preço com o mercado local.

Além do mais, para a locação direta, é necessário constar no processo a comprovação de não haver outro imóvel similar e disponível. Deve-se também comprovar a impossibilidade de satisfazer o interesse público de qualquer outra maneira. Assim, caberia à Administração, além de diligenciar a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos para contratação direta com dados concretos, selecionar a melhor proposta possível, repudiando escolhas meramente subjetivas.

Assim os citados requisitos à dispensa de licitação restam satisfeitos no presente caso concreto de locação de imóvel.

No que tange a minuta contratual, não há ilegalidades aparentes a serem apontadas.

Conclusão

Diante do exposto, entendo possível a contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, X, da Lei 8.666/93, desde que observadas as colocações postas acima.

Ressalta-se apenas para o fato de que, no presente procedimento, seja seguida a legalidade, devendo ser aplicada a legislação vigente e que orientam o procedimento licitatório e que não foram analisados os aspectos técnicos orçamentários e financeiros, a conveniência/oportunidade no presente, bem como as especificidades técnicas do objeto, por não serem de competência desta Assessoria Jurídica. No mais que a presente manifestação é de natureza estritamente jurídica, não tendo o condão de chancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

É o parecer, ora submeto à douta apreciação superior.

Assessora Juridica

Chapadinha, 17 de fevereiro de 2022.

Dra. RENATA KAROLINNE SERRA MORAIS Assessora Jurídica do Município de Chapadinha/MA

OAB/MA 21.340





DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de Chapadinha, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 013/2022, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a objeto Locação do Imóvel situado na Travessa Coelho Neto nº 35 – Terras Dura – Chapadinha - MA - Para o funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura de Interesse da Secretaria Municipal de Saúde, no valor mensal de R\$ 900,00(novecentos reais)

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exmo. Sr. Alberto Carlos Pereira Junior, Secretário Municipal de Saúde, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Chapadinha, 17 de Fevereiro de 2022

LUCIANO DE SOUZA GOMES

Portaria nº 358/2022 Comissão de Licitação

Old Elinia Ing Sull

Rua Cunha Machado 419 – Centro CNPJ:11.844.664/0001-53





TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso X , da Lei n.º 8.666 de 21.06.93, e ainda a Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes e suas atualizações posteriores, para a contratação do Sr. Antonio Carlos dos Reis, referente à Locação do Imóvel situado na Rua do Comercio, 270 — Centro - Chapadinha — MA, para o funcionamento do Posto de Saúde das Terra Dura, de Interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. LUCIANO DE SOUZA GOMES, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Chapadinha, 18 de Fevereiro de 2022

Alberto Carlos Pereira Junior Secretario Municipal de Saúde

> Alberto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde







A Comissão de Licitação do Município de CHAPADINHA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. LUCIANO DE SOUSA GOMES, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Locação de imóvel para funcionamento do POSTO DE SAÚDE de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha - MA

Contratado.....: ANTONIO CARLOS DOS REIS, CPF: 563.847.773-04

Fundamento Legal...: art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666 de 21.06.93 e alterações do Decreto 9.412/1998.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. Alberto Carlos Pereira Junior, Secretário Municipal de Saúde.

CHAPADINHA - MA, 21 de Fevereiro de 2022

LUCIANO DE SOUZA GOME Comissão de Licitação

residente

DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA

Pela presente declaração de compra e venda, de um lado como outorgante (s) vendedores (a) RAIMUNDO SILVA DE FRANÇA, portador da CI nº 109878-2/SSP/MA e CPF nº 332.689.913-00, e sua esposa MARIA DAS DORES DE SOUSA DE FRANÇA, portadora da CI nº 11184593-9/SSP/MA e CPF/MF nº 700.566.503-10, brasileiros (a), casados (a), lavradores, residente (s) e domiciliados na Rua Nossa Senhora da Conceição, 02 - Divinéia - São Luís-MA., e do outro lado como outorgado (a) comprador (a) ANTONIO CARLOS DOS REIS, brasileiro (a), solteiro (a), servidor público municipal, residente e domiciliado (a) na Trav. Coelho Neto, 17 - Terras Duras - nesta cidade, portador (a) da Cl n° 1463418/SSP-MA e CPF/MF n° 563.847.773-04. Que o (a) (os) outorgante (s) acima nomeados (a) e qualificados (a), aqui denominado (s) vendedores (a), são legítimo (s) proprietário de um imóvel localizado na Trav. Coelho Neto, nº 35, Terras Duras, nesta cidade, com as seguintes dimensões. limites: frente: ponto (A), limitando-se com a Trav. Coelho Neto, medindo. 07,20m, até o ponto (B), seguindo a lateral direita limitando-se com Alberto Conceição Lima, medindo 65,30m, até o ponto (C), tendo o fundo limitando-se com a Rua Diomédio Vieira Passos, medindo 07,20m, até o ponto (D), fechando o perímetro que limita a lateral esquerda com Genival Luis dos Reis, medindo 65,30m, até o ponto (A), com benfeitoria de uma casa coberta de telhas, paredes de adobes, portas e janelas de madeira, piso de chão batido. Que possuindo dito imóvel, resolvem vender, como de fato vendido têm, ao outorgado, também nomeado e qualificado, pelo preço e quantia e ajustada de R\$ 6.000.00 (seis mil reais), cuja quantia confessam os vendedores terem recebido do comprador em moeda corrente deste país, contaram e acharam exata, da qual dão plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos para nunca mais repetir, nada mais tendo a reclamar em juízo, ou fora dele. O que darão a presente venda por boa, firme e valiosa, por si e seus sucessores, podendo o dito comprador tomar posse do referido imóvel e fazer o que de melhor lhe convier, podendo inclusive requerer termo de aforamento em seu próprio nome junto à Prefeitura Municipal. E por assim estarem justos e contratados, assinam a presente declaração em duas vias de igual teor e data, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo se fizeram presentes, para que tenham seus efeitos legais.

Chapadinha, 23 de setembro de 2005

VENDEDORES:

Rainund Sollade Scrange

Marin clas Bares de Sousande França

COMPRADOR:

Antonio Corlos dos Ries

TESTEMUNHAS:

maria bo Per Genilal Priz do Peis Comissão Permanente de Licitação Original Confere Com





563847773-04 540 LUIS-MA P-13 O (LEI N°7.116 DE 29/08/83); O (O O

ASSINATURA DO DIRETOR

Prefeitura Mun. de Chapainha Selly Nascimento-Meireles Pisto Membro CPL

Comissão Permanente de Licitação – CPL Confere Com Original Data 2/ 10212





CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

O Município de CHAPADINHA - MA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, convoca o Sr. Carlos dos Reis, para assinatura do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº 017/2022.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções prevista em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Chapadinha, 22 de Fevereiro de 2022

Aberto Carlos Fereira Junior Secretário Funicipal de Saúde

> Alberto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde





CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL 078/2022- DL 013/2022 Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0101.0660.2022

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O SR. ANTONIO CARLOS DOS REIS E DO OUTRO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADINHA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a **Secretaria Municipal de Saúde**, através do **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ N°11.844.664/0001-53, denominado daqui por diante de CONTRA TANTE, representado neste ato o Sr. Alberto Carlos Pereira Junior, portador da Carteira de Identidade n° 18732862001-9, expedida pela GEJUSPC/MA e CPF n° 011.473.543-32, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado o Sr. **Antonio Carlos dos Reis**, portador do CPF: n° 563.847.773-04, RG: n° 059915482016-3 SSP/MA com sede na Travessa Coelho Neto, n° 35 Terras Dura - Chapadinha - MA, CEP 65.500-00, de agora em diante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato decorrente da **Dispensa de Licitação N° 013/2022**, com fundamento da Lei n°8.666, de 21 de Junho de 1993, e na Lei n°8.078, de1990 –Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O LOCADOR dá em locação, à LOCATÁRIA, o imóvel de sua propriedade, constituído pelo seguinte imóvel: LOCAÇAO DE UM IMOVEL PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE TERRAS DURA DE INTERESSE DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADINHA - MA, localizado na Travessa Coelho Neto, 35 – Terras Dura - Chapadinha - MA, observadas as demais especificações e disposições do presente contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A LOCATÁRIA obriga-se a utilizar o imóvel, única e exclusivamente para fins de funcionamento do POSTO DE SAÚDE, sendo vedada a cessão, empréstimo ou sublocação do imóvel, e ainda a alteração de sua finalidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato se vincula para todos os fins de direito a procedimentos de dispensa de licitação, conforme Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, assim como à proposta apresentada pelo LOCADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de duração da locação é de 03(três)meses, iniciando em 22 de Fevereiro de 2022 e findando em 22 de Maio de 2022, contados a partir da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado, por igual ou sucessivo período, através de termo aditivo, se houver concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Rua Cunha Machado 419 – Centro – Chapadinha-MA CNPJ:11.844.664/0001-53





Pela locação, objeto deste Contrato, O LOCATÁRIO obriga-se a pagar ao LOCADOR o valor mensal de R\$ 900,00(novecentos reais), pago até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente, creditado no Banco do Brasil, Agência nº 1773-6 e Conta Corrente nº 76473. Sendo que o primeiro pagamento se dará mediante a assinatura deste contrato.

SUBCLAUSULA QUARTA:

Valor global do presente Contrato é de **R\$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais)**, sendo irreajustável durante a sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA: A dotação orçamentária responsável pela locação será:

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Fisica

CLÁUSULA SEXTA- DA ENTREGA DO IMÓVEL

O LOCATÁRIO declara receber o imóvel objeto da presente locação nas condições descritas no relatório de vistoria firmado por funcionário credenciado pela mesma, conforme inventário em anexo, comprometendo-se a devolvê-lo, ao fim da locação nas condições que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal, apresentando, na entrega das chaves, a quitação de todos os débitos decorrentes da locação.

CLÁUSULA SETIMA – DAS BENFEITORIAS

O LOCATÁRIO não poderá efetuar obras, benfeitorias ou qualquer modificação no imóvel ora locado, sem prévia anuência, por escrito, da LOCADORA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

O **LOCATÁRIO** obriga-se a observar e cumprir as normas e convenções do imóvel locado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Por descumprimento de qualquer de suas Cláusulas ou condições, poderá a parte prejudicada rescindir o presente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o causador dos prejuízos, por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA -PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Rua Cunha Machado 419 – Centro – Chapadinha-MA CNPJ:11.844.664/0001-53





Para solução de dúvidas ou questões com origem no presente Contrato, as partes elegem o Foro de Chapadinha, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Chapadinha, (MA), 22 de Fevereiro de 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPY 06.117.709/0001-58

Aberto Carlos Pereira Junior

CPF N° 011.473.543-32

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE LOCATÁRIA

ANTONIO CARLOS DOS REIS

CPF nº 563.847.773-04 LOCADOR

Testemunhas:

NOME:

CDE

Rua Cunha Machado 419 – Centro – Chapadinha-MA CNPJ:11.844.664/0001-53





EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2022- DL Nº 013/2022- SAÚDE

CONTRATO Nº 078/2022- DL Nº 013/2022- Processo Administrativo Nº 0101.0660.2022

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 013/2022

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: ANTONIO CARLOS DOS REIS, CPF: 563.847.773-04

OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento do Posto de Saúde de interesse da Secretaria Municipal de

Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO: art. 24, X inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

VALOR TOTAL: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB	
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Fisica	

Valor Global de R\$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 03(três meses)

DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2022.

Chapadinha (MA), 22 de Fevereiro de 2022.

Alberto Carlos Pereira Junior Secretário Manicipal de Saúde

> Alberto Carlos Pereira Junior Secretário de Saúde



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

CHAPADINHA - MA

TERÇA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2022

ANO II

EDIÇÃO DE HOJE, N.9 2799

www.chapadinha.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SUMÁRIO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO № 002/2021 EXTRATO DE CONTRATO Nº 044/2022. PROC. ADM. № 0038/2022. PREGÃO **ELETRÔNICO-SRP**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2022- DL Nº 013/2022-SAÚDE EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2022- DL Nº 012/2022-ADMINISTRAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: CARTA CONVITE № 001/2022 EXTRATO DE CONTRATO № 009/2021. CARTA CONVITE № 001/2022. PROC. ADM. № 21011638/2022-CMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

. ERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO № 002/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA E EXCELLENCE DISTRIBUIÇÃO LTDA PROCESSO LICITATÓRIO № 0101.0160.2021. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Cunha Machado nº 419 - Centro, CEP: 65.500-000 na cidade de Chapadinha/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.844.664/0001-53, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Alberto Carlos Pereira Junior, portador da Carteira de Identidade nº 18732862001-9, expedida pela GEJUSPC/MA e CPF nº 011.473.543-32, residente e domiciliado na nesta Cidade. CONTRATADA: EXCELLENCE DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº10.820.441/0001-93, sediada na Rua A, nº 310 - Qda 01, Lote 09, Bairro Sete Progresso - CEP: 74.580-500 -Goiana - GO, neste ato representada pelo Sr. Jefferson da Silva Aguiar, portador do CPF sob o nº 055.695.043-70. Resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL, segundo as cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA. A contratante resolve, em conformidade com o artigo 78, inciso I, da Lei 8.666/93, RESCINDIR o Contrato nº 002/2021, referente ao Processo № 0101.0160.2021, cujo objeto é Aguisição De medicamentos, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde de Chapadinha-Ma. CLÁUSULA SEGUNDA. A presente rescisão é motivada por não cumprimento das cláusulas contratuais, não houve entrega dos equipamentos objeto do contrato, mesmo após inúmeras diligências, dentre elas notificações formais e abertura de prazos para cumprimento a empresa manteve-se inerte. CLÁUSULA TERCEIRA

resente rescisão não gerará qualquer ônus para nenhuma das partes. No antanto, não impede a aplicação de quaisquer penalidades, bem como a apuração administrativa ou judicial de responsabilidade civil e administrativa. CLÁUSULA QUARTA. É competente o Foro da Comarca de Chapadinha, para dirimir quaisquer questões referentes a este Termo de Rescisão Contratual. E, por se acharem justas e acordadas, firmam as partes, perante as testemunhas abaixo, o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Oficial do município, para que produza os efeitos legais. Chapadinha, 15 de fevereiro de 2022. Alberto Carlos Pereira Junior/Secretário Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 044/2022 - PROC. ADM. Nº 0038/2022. ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº - SRP.CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração. CONTRATADA: CONSTRUMAQ PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.025.635/0001-01. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de manutenção de sistemas simplificados

de abastecimento de água potável do município de Chapadinha. VALOR TOTAL: R\$ 1.230.000,00 (Hum milhão duzentos e trinta mil reais). DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA: Exercício 2022:

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	
02.14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	
17.511.0011.2062.0000	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
3.3.90.39.00	Outros Servicos De Terceiros – Pessoa Jurídica	

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. DATA DA ASSINATURA: 11 de Fevereiro de 2022. Chapadinha (MA), 11 de Fevereiro de 2022. Vânia Duarte Mota Souza-Secretária Adjunta de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

EXTRATO DE CONTRATO N° 078/2022- DL N° 013/2022- SAÚDECONTRATO № 078/2022- DL N° 013/2022- Processo Administrativo № 0101.0660.2022 ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 013/2022 CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde CONTRATADA: ANTONIO CARLOS DOS REIS, CPF: 563.847.773-040BJETO: Locação de imóvel para funcionamento do Posto de Saúde de interesse da Secretaria Municipal de Saúde. FUNDAMENTAÇÃO: art. 24, X inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. VALOR TOTAL: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0010.2133.0000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE - PAB
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Física

Valor Global de R\$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais) VIGÊNCIA: 03(três meses)DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2022.Chapadinha (MA). 22 de Fevereiro de 2022. Alberto Carlos Pereira Junior Secretário Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA

EXTRATO DE CONTRATO N° 069/2022- DL N° 012/2022- Administração CONTRATO Nº 069/2022- DL N° 012/2022- Processo Administrativo № 0101.0662.2022ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO - 012/2022CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL E SAÚDECONTRATADA: ANTONIO VIEIRA E ARAÚJO, CPF: 256.025.863-34**OBJETO**: Contratação de pessoa física para reforma de móveis em geral de interesse da Sec. Municipal de Saúde. FUNDAMENTAÇÃO: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de Abril de 2021 e suas posteriores alterações. VALOR TOTAL: R\$ 52.400,00(quatro mil trezentos e dezenove reais).DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
02.14.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
02.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANFAMENTO

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 310 - CENTRO - CEP: 65500-000-CHAPADINHA/MA - CNPJ: 06.117.709/0001-58

